

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho à tribuna, na tarde de hoje, trazendo uma informação de bastante importância e solicito o apoio desta Casa Legislativa e de todos os parlamentares num tema que pode consagrar um dos recantos mais belos de Santa Catarina em um reconhecimento internacional.

Refiro-me à praia da Guarda do Embaú, no município de Palhoça, que está apenas a 40km de Florianópolis e, com a iniciativa do 'Kito', Marco

Aurélio Gungel, presidente da Associação de Surf e Preservação da Guarda do Embaú, participa da seleção de uma grande disputa mundial.

Início estas palavras agradecendo ao deputado Natalino Lázare que - já que sua relação familiar aproxima-o dos surfistas, através do seu filho -, encaminhou-me para discutir o formato que poderíamos trabalhar apoiando uma iniciativa inédita no estado de Santa Catarina e no Brasil: ter uma praia do nosso estado como reserva mundial do surfe!

A Praia da Guarda do Embaú, deputado Kennedy Nunes, vem cumprindo esses requisitos e passando por uma série de etapas, obviamente são critérios muito rigorosos, pois apenas sete praias do mundo têm essa titulação.

A organização norte-americana *Save the Waves Coalition*, dedica-se desde 2009, a definir, investigar, auditar e analisar todos os critérios que permitam que uma praia possa ser considerada reserva mundial do surfe.

A Praia Guarda do Embaú vem buscando isso. Com suas características, com sua tradição, com seu povo ordeiro, com a colonização de pescadores, com o trabalho daquela vila, que se transformou em um potencial turístico e de reserva natural da região da Grande Florianópolis, de Santa Catarina.

Vamos analisar quais são os critérios exigidos por essa entidade para que essa praia possa ter o reconhecimento de reserva mundial do surfe..

O primeiro deles é a qualidade e consistência da onda e do surfe. Aqueles que já tiveram o prazer de conhecer a Praia da Guarda do Embaú sabem que, provavelmente, ela tem uma característica ímpar pela formação das suas ondas, especialmente as esquerdas mais tradicionais - não as esquerdas partidárias -, mas a onda de esquerda traz uma referência mundial para essa praia.

Ela é considerada uma das dez melhores ondas para a prática de surfe do Brasil e, obviamente, este quesito nós possuímos, portanto, já teríamos o título de reserva mundial do surfe. Entretanto, precisamos avaliar outro item: as características ambientais.

Estamos falando de uma região que está em volta de três reservas naturais, inicialmente o Parque da Serra do Tabuleiro, a maior unidade de conservação de Santa Catarina, abrangendo 1% de todo território catarinense, um patrimônio das nossas reservas e das nossas unidades de conservação. Conjuntamente, temos a APA do Entorno Costeiro e a APA da Baleia Franca, que trazem características especiais do ponto de vista ambiental para essa região, consagrando-se numa natureza diferenciada, numa vegetação ímpar, numa beleza natural que empolga a todos, e nesse quesito a Praia da Guarda do Embaú seria consagrada como reserva natural do surfe.

O terceiro quesito é a cultura e história. Obviamente que, em todo litoral catarinense, existe a tradição de ter uma vila de pescadores.

A partir da década de 70 e 80, a praia da Guarda do Embaú passou a ser reconhecida do ponto de vista turístico, através das suas ondas e das belezas naturais, mas também mantém a tradição, a cultura do povo que lá vive os nativos, todos aqueles turistas que a utilizam, tanto para prática do Surfe quanto para o turismo, entendem a valorização e a necessidade de manutenção das características, da cultura e da história do local.

O último item, deputado Mauricio Eskudlark, é o apoio da comunidade. Neste sentido entra o papel da Assembleia Legislativa. A prefeitura de Palhoça já entendeu a importância e já vem apoiando todo esse trabalho. Obviamente, procuraram-me, indicado pelo deputado Natalino Lázare, por estar na condição de presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente e, claro, por também representar a Grande Florianópolis, deputado Cesar Valduga.

Nossa intenção quando nos reunimos com o Kito, presidente da Associação de Surf e Preservação da Guarda do Embaú, e com o Fred, presidente da Federação Catarinense de Surf, foi no intuito de fazer uma manifestação política nesta Casa, através de um documento Legislativo que dê força e garantia para esse projeto não seja em vão, que dê a segurança necessária para que, na análise dessa

associação internacional, que faz a vistoria, que analisa, há envolvimento e decisão para que isso possa acontecer, possa se concretizar.

Neste sentido, a comissão de Turismo e Meio Ambiente vai apresentar uma moção de apoio à Associação de Surf e Preservação da Guarda do Embaú para que possamos, no mês de outubro deste ano, quando será definida a conquista, falar de boca cheia que temos uma praia que é reserva mundial do surfe, a única de todo o Brasil!

Hoje são contempladas apenas as praias de: Santa Cruz e Malibu, nos Estados Unidos da América; praia de Ericeira, em Portugal; praia da Bahia de Todos os Santos, no México; praia Huanchaco, no Peru; praia de Punta Lobos, no Chile e a praia Manly Beach, na Austrália.

Santa Catarina também quer cravar uma bandeira no mapa mundial. Se conquistarmos o título de Reserva Mundial do Surf para praia da Guarda do Embaú, obviamente, os surfistas e turistas do mundo inteiro virão visitar, conhecer a qualidade da praia da Guarda do Embaú, a qualidade das suas ondas, a qualidade ambiental, a cultura, a história e o apoio da comunidade nesse projeto.

Por isso, essa praia, candidata à Reserva Mundial do Surf, precisa do apoio desta Casa Legislativa. Não há partido político, não há posição ideológica, mas está levando-se em conta o turismo, o meio ambiente, a referência de Santa Catarina em fazer algo diferente, sendo reconhecida de maneira internacional e podendo fazer crescer o desenvolvimento do nosso estado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Parabênizo v.exa. por trazer este assunto à esta Casa, até porque, quando se fala em surfe, lembramos do nosso Gabriel Medina, que é fruto dessa praia. Entendo que, assim como o Guga, que teve uma participação específica e muito especial, não apenas na divulgação do nosso estado, mas também na divulgação do tênis; Gabriel Medina, quando ganhou o campeonato, o surfe ficou talvez menos

conhecido como algo que não é esporte, veio à tona esse movimento.

Parabéns, portanto a v.exa., nobre deputado! Conte comigo no que for preciso!

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Para informação, o Brasil é um dos países que tem o maior número de praticantes de surfe no mundo. São oito milhões de praticantes.

Concluo a minha fala com a frase de Marco Aurélio Gungel, o Kito, que cita a importância da conquista, diz ele:

(Passa a ler.)

"A importância em ser reconhecido como reserva mundial do surfe está na possibilidade de traçar a história, a cultura, e as características ambientais para criar um plano de gestão, a fim de preservar e proteger o local, principalmente nas questões de monitoramento, educação e resposta ambiental que possa ocorrer."

Sendo assim, dediquemo-nos cada vez mais! Que a praia da Guarda do Embaú, em Palhoça, na Grande Florianópolis, possa ser não apenas candidata, mas consagrada como reserva mundial do surfe no nosso país! Uma referência para todos nós!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Cumprimento v.exa. pelo pronunciamento e pela forma como v.exa. está tratando o assunto.

Na verdade, fui procurado por uma questão de laços familiares e de amizade, de meu filho com a equipe que mora lá na praia da Guarda do Embaú, e realmente fiquei sensibilizado com a questão. Por isso, fiz questão que v.exa. adotasse este projeto e daqui para frente o conduzisse ao destino que merece. Esta Casa tem que fazer um grande esforço em oferecer todas as condições para que de fato possamos obter essa importante conquista para Santa Catarina.

Parabéns, deputado Gean Loureiro, pela condução dos trabalhos!

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito Obrigado! Na semana que vem vou colher as assinaturas dos integrantes da comissão do Meio Ambiente para que esta Casa possa aprovar esse projeto por unanimidade. Que possamos fazer um ato de entrega, sendo mais um apoio à conquista da praia da Guarda do Embaú como reserva mundial do Surfe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Leonel Pavan, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, retorno à tribuna, no dia de hoje, para falar mais uma vez sobre a UO-SUL de Itajaí, que é a unidade de exploração da Petrobras e também para falar novamente sobre o Centro de Eventos.

O que tenho para falar a respeito da UO-SUL é em função de não termos ainda conseguido resultados como desejamos, porque existe toda uma mentira em cima desse processo.

E sobre o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, que me parece, água mole bateu tanto na pedra dura, que furou. Então, vamos fazer o comentário nesse sentido.

Primeiramente, gostaria de dizer que os funcionários da Petrobras, da Unidade e Exploração e Produção Sul de Itajaí, voltaram a reunir-se e decidiram entrar em greve, pois entendem que há muita mentira, muito engodo. Há muitas falácias em cima de quem tem o poder da decisão. Aliás, há muita falácia desses que tem o poder de decisão. Já tivemos aqui alguns debates e foi dito que tudo estava resolvido, que não iriam mexer na UO-SUL de Itajaí, que estava tudo tranquilo. Fizemos aquela audiência pública, foi um sucesso!

Depois, estivemos na audiência pública, em Brasília, e lá, em uma dessas comissões, foi garantido pelo presidente e dois deputados federais, o deputado Mauro Mariani, que preside o Fórum Parlamentar de Santa Catarina e o deputado Décio Lima, para os quais foi dito o seguinte:

“Olha, tranquilo vai ficar se as coisas voltarem a ser como eram antes”.

A mentira é muito grande! Falácias, pessoas que acham que nós, os catarinenses, ou os trabalhadores que lá estão, não entendem realmente do que está acontecendo. Pois o que aconteceu, meu querido amigo, deputado Silvio Dreveck, disseram que não iam mexer e colocaram passagens à disposição dos funcionários para se deslocarem para Santos.

Quer dizer, eles estão continuando a desrespeitar Santa Catarina e, com certeza, faltaram com a verdade com os dois deputados, os deputados Décio Lima e Mauro Mariani. Faltaram com os nossos dois representantes, que também estão lutando para que a unidade não seja eliminada ou, no caso, destituída, ou que a levassem para Santos. Os funcionários entraram em greve, e esperam das autoridades uma resposta mais concreta, ou melhor, uma resposta positiva.

Estivemos com o governador Raimundo Colombo, junto com o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, e o presidente da ACI, de Itajaí, e o governador nos disse que iria falar com a presidente Dilma, que nos daria uma resposta ainda naquele dia. Já se passaram quase cinco, seis, sete dias, quase uma semana, e nós ainda não recebemos a resposta, nem sabemos se foi positiva ou negativa, sobre o que disse a presidente ou o que ela não disse. O fato positivo desta audiência é que haveria uma continuidade, mas, infelizmente, até agora sem resposta.

Esta é a minha preocupação! E o chamamento que faço aqui ao governador é para que dê continuidade àquilo que nós trabalhamos em uma audiência, com o nosso representante maior, que é o governador Raimundo Colombo.

Por outro lado, quero agora fazer um agradecimento ao governador, um elogio, porque muitas vezes vim aqui cobrar a execução do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Já usei esta tribuna algumas vezes e fiz alguns apartes avisando do que poderia acontecer se não lançassem o edital no período correto, e recebemos a

informação, agora, srs. deputados, que está tudo pronto.

Foi feito o edital, está dentro das exigências legais e já, tão logo se abra o edital, o governo do estado autorizará o início da obra, onde existe uma parceria, por parte do governo federal, com uma quantia muito boa, também com o governo do estado e o governo de Balneário Camboriú.

Então, estão fazendo um consórcio desses três Poderes, e vão fazer, sem dúvida alguma, um dos atos mais importantes para o turismo de Santa Catarina e para o sul do Brasil, que é o início da construção deste Centro de Eventos.

É bom dizer que esta não é uma luta apenas do deputado Leonel Pavan, ela começou quando fui governador e licitei o projeto, que vai ser executado. A luta é também do prefeito Edson Dias, de Balneário Camboriú, dos vereadores, do *trade* turístico, de toda sociedade de Balneário Camboriú e região. E, com certeza, poderemos dizer que se todos estávamos sonhando com isso, esse sonho começa a se tornar um sonho real, porque a obra deverá iniciar.

Como queremos ver para crer, hoje, à tarde, conversaremos, talvez com a maior autoridade desde governo depois do governador e do vice-governador, com a pessoa que fala pelo governador, o secretário Nelson Serpa, que é uma pessoa que despacha diretamente com o governador.

Mais ainda, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. também usou a tribuna algumas vezes, estaremos, daqui a pouco, com algumas pessoas, falando com o secretário Serpa. Agora, queremos ouvir a parte final, se está tudo pronto, se está tudo certo, e se nós poderemos começar a aplaudir o início desta obra.

Estaremos presente com o sr. Hélio Dagnoni, presidente da Fecomércio de Balneário Camboriú, a sra. Margot Rosenbrock, presidente do Convention & Visitors Bureau; com o sr. Sílvio Ribeiro, presidente do Sindicato dos Contadores; com o sr. Roberto Cruz, presidente do CDL, e com todos de Balneário Camboriú, nesta audiência, às 15h, no dia de hoje.

Essa luta não tem cores partidárias. Estaremos lá para fazer a devida reivindicação e ouvir do próprio Serpa que, definitivamente, o Centro de Eventos vai ser iniciado. E se não acontecer, voltaremos aqui para cobrar um direito adquirido, um projeto que licitamos, para o qual foi destinado mais de R\$ 5 milhões, tenha continuidade e seja colocado em prática.

Para finalizar, quero dizer que havia órgãos de imprensa noticiando que estava um imbróglio, que tudo isso não iria acontecer, que tinham errado no edital da licitação, mas depois de um pronunciamento aqui, recebi uma mensagem da Caixa Econômica e da secretaria de Turismo nos tranquilizando, dizendo que tudo estava certo, que a obra será iniciada. Então, iremos agora conferir, pessoalmente, com o secretário Serpa a decisão do início da obra. E com isso, eu cumprimento o governador por ter atendido esse pleito de Balneário Camboriú e dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas. Quando se faz uma pesquisa de opinião para ver quais são os principais problemas da população, fatalmente a saúde é apontada em primeiro lugar. Outros problemas vêm em seguida, como segurança e desemprego. É muito frequente que o problema da educação não seja apontado nas pesquisas como um problema que chame a atenção da população. É muito diferente de quando se faz um discurso político, de quando aqueles que disputam uma eleição fazem lá o discurso e os compromissos de campanha.

Quando se fala em compromisso de campanha é muito comum que a educação venha em primeiro lugar e seja apontada como a questão mais importante para que um povo se desenvolva, para que se mude a situação de um país. E todos sabem, no cotidiano,

que realmente quando se quer avançar e mudar um país, você precisa mudar a questão da educação.

O Brasil é um país que, evidentemente, avançou nos últimos anos. Houve a criação de inúmeras vagas públicas nas universidades, um avanço no ensino fundamental e no médio, mas estamos muito longe de alcançar os níveis que os países desenvolvidos apresentam. E sabemos que países do sudeste asiático, por exemplo, que conseguiram crescer e avançar economicamente, foram países que investiram massivamente na educação, com programas de ensino integral, com programas de melhora de currículo escolar, com melhor pagamento aos professores e com investimentos.

No Brasil, estamos vivendo um momento em que há conflitos relacionados à educação no Brasil como um todo.

A maioria dos estados brasileiros estão conflagrados pela questão da educação, não é uma questão de Santa Catarina, e percebemos que não há a devida atenção dos governantes para o problema, em nível federal, estadual, nem na maioria dos municípios.

Na questão do governo federal nós temos recentemente um fato que chama a atenção para o problema, que é o caso envolvendo o Fies - Fundo de Financiamento Estudantil. A partir de 2009, a Constituição Federal, na Emenda n. 59, num dispositivo, preconiza que um plano decenal para educação tem que ser feito, e foi feito no Brasil, com 20 metas para a próxima década e que precisa ser implementado. Ora, para implementar um plano, nessas próprias metas, está a ideia de que é preciso investir 10% do PIB. Sem dúvida nenhuma, são necessárias ações mais fortes do governo e que passam pelo gasto de recursos.

Vivemos um momento de crise fiscal no Brasil, mas em nenhum momento deve-se diminuir os investimentos em educação. O Fies não poderia ser diminuído. Se o país quer avançar é preciso investir em educação. É preciso recurso público massivo em educação!

Os governantes estaduais precisam conversar com os professores. E o que estamos percebendo é

que está acontecendo o contrário. No Paraná houve um conflito com a Polícia Militar; em São Paulo, o governador não conversa com os professores, e assim como em vários lugares o governador não conversa com os professores; assim como aqui em Santa Catarina não se conversa com os professores.

É preciso dialogar, conversar. É preciso achar soluções para o problema da educação, de outra forma não vamos avançar.

Nós temos vários problemas que passam, evidentemente, que estão nas metas decenais, mas temos que ampliar o ensino integral, o Brasil tem apenas 5,6% de ensino integral; temos que avançar na melhoria do ensino fundamental; tem que discutir a federalização da educação para diminuir essas diferenças que existem de norte a sul nas escolas e, sem o envolvimento daquele agente que é fundamental ao processo, que é o professor, não vamos fazer nenhuma modificação no ensino do país.

Quando estava na secretaria Estadual de Saúde, discutia-se muito que teria que melhorar, mas se num processo de saúde não se respeitar todos os outros servidores, se o médico não estiver envolvido na questão não se faz nada, não se consegue avançar na resolução dos problemas, porque ele está ali na ponta da linha, ele é que a relação mais próxima com o paciente, é ele que toma as decisões mais cruciais. E da mesma forma o professor, se você criar um clima, como se cria no país de conflito, porque literalmente é isso que está acontecendo no país, os governadores de maneira geral, o governo federal veem o professor como inimigo, o professor torna-se um adversário, o chato que incomoda, que faz greve e não conversa com as pessoas. É preciso conversar. Não é um problema só de Santa Catarina, mas do país.

Como é que se avança na educação se não se cria um mecanismo de sintonia e harmonia, de conversa, de diálogo para falar com os professores, para procurar uma solução para o problema. É preciso encontrar uma solução para o problema.

Vejam, não sei se são professores que estão aqui, hoje, mas vejo que, muitas vezes, as pessoas

que ocupam essas galerias não tomam o posicionamento mais correto, vêm aqui apenas para vaiar os deputados, para agredir os deputados. Deputados esses que estão procurando fazer alianças, porque é preciso conversar, não apenas com o governador, com os professores, é preciso que os professores conversem com os deputados, pois é preciso encontrar um diálogo. O diálogo não é conseguido apenas pela vaia, pela gritaria, pelo confronto. O diálogo é construído pela conversa!

Vejo aqui que exacerbam a questão. Pessoas que aqui dentro desta Casa eram favoráveis à tese dos professores, hoje, estão contra, porque são vaiados, os professores se colocam de costas. Então, é preciso diálogo, é preciso respeito nestas questões.

Os governantes brasileiros não respeitam o professor. Não é o caso em Santa Catarina. Eu percebo isso. Tratam o professor como adversário, como chato, como inimigo. Como é que vamos mudar o país? Como é que vamos fazer a educação no país se não houver um clima de harmonia? Como é que serão implantadas as metas da década?

É claro que também não temos sido muito ouvidos, aqui entre nós, nesta questão, mas é preciso que o governo abra um caminho de diálogo. Não pode ser só o raciocínio do caixa, que é importante, evidentemente, parece que há uma crise. Não há dinheiro para tudo, mas é preciso diálogo, porque não podemos deixar uma greve se estender com a ideia de que com o tempo ela vai enfraquecendo e que esse é apenas um confronto entre os professores do governo.

É preciso, mais do que nunca, que haja uma aliança pela Educação no país. Esse clima de confronto que está criado no país, de norte a sul, com a educação, não vai ajudar para criarmos uma Pátria Educadora, como dia a presidente Dilma Rousseff. Uma Pátria Educadora passa por um momento de sacrifício de investimentos em outras questões, passa por mais investimentos na Educação, e passa, sem dúvida nenhuma, pelo diálogo, pela valorização do professor, e

fundamentalmente, por uma harmonia que permita com que o país caminhe.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a todos que nos acompanham.

Hoje, no horário do Partido dos Trabalhadores, que hoje, sem dúvida nenhuma, é o partido mais perseguido do país, também com uma certa lógica, vamos governando este país, transformando, tomando decisões importantes para melhorar a vida do povo e, um grupo da elite brasileira, que quer o país apenas para meia dúzia, começa a fazer um grande movimento contra.

Reconhecemos os nossos erros, nossos acertos, o processo, o que queremos é tratamento igual. Esse é o grande debate que o PT traz em todos os níveis, especialmente no Judiciário brasileiro.

Nós queremos a apuração dos casos de corrupção em todos os níveis, seja do pequeno corruptor ao grande corruptor. Talvez esse seja um dos maiores impactos, e há uma turma que não aceita, de forma alguma que um governo não se entregue a esta pequena elite brasileira, que nunca foi para a prisão, que nunca foi condenado a nada neste país. Isso talvez seja o maior impacto!

E quando falo de tratamento igualitário, gostaria de dizer que ontem ou anteontem, saiu o resultado do julgamento do caso do avião da TAM, que caiu em São Paulo e matou cerca de 200 pessoas. Alguns setores da mídia nacional, como costumam fazer sempre ou em grande parte dos casos, contra o governo do PT, fizeram um pré-julgamento e instigaram a sociedade, na época, a fazer mobilizações dizendo que o governo era responsável pelo acidente com o avião, e chamavam

o ex-presidente Lula de criminoso, que ele era responsável pela morte das pessoas naquele acidente aéreo, mas agora se comprova, depois de tantos anos de calúnia, de difamação, de pré-julgamento dos setores da imprensa, que não têm nem conhecimento técnico para fazer esse tipo de julgamento, fizeram julgamento político, que o acidente ocorreu devido a uma falha técnica no avião.

Deputado Luiz Fernando Vampiro, é isso que estamos condenando, setores da mídia nacional que fazem um pré-julgamento diferenciado de um partido político, que é o PT, das suas lideranças de setores do Poder Judiciário e da Polícia.

O nosso partido já pediu várias vezes para ver o inquérito e os depoimentos, mas não conseguiu, porque o policial federal, o juiz federal, do Paraná, o dr. Sérgio Moro, que conduz a Operação Lava Jato, diz o processo está sob sigilo de Justiça, e quando ocorre depoimento durante a tarde, à noite o assunto já está em toda imprensa nacional!

Queremos tratamento igual para todos! Queremos dizer que, ontem, à noite, o programa eleitoral do nosso partido foi extremamente importante, porque reafirmou que o PT vai continuar a sua grande luta contra a corrupção no Brasil, e propôs, ainda, o desafio que os partidos não busquem mais dinheiro de financiamentos privados, empresariais, nas campanhas eleitorais, enfim, o PT está propondo fazer esse debate.

Outra questão importante que estamos propondo e lutando, é contra a terceirização. Isso mostra que o nosso partido continua sempre firme nas fileiras em defesa dos trabalhadores e dos seus salários, pelo poder aquisitivo que justamente deu a este país outra condição de vida.

Ao deputado Fernando Coruja, que há pouco falou sobre o tema educação, queremos dizer com segurança que jamais na história do Brasil investiu-se tanto em educação. Nós tivemos em 2002 em torno de 500 mil estudantes frequentando o ensino superior no Brasil, e hoje passamos de 7.2 milhões de estudantes. O nosso país já formou mais

pessoas em universidades, em ensino superior nesses 12 anos do que durante toda a história do nosso país.

O próprio Pronatec tem hoje 12 milhões de estudantes; o Fiesc, que é criticado - temos problemas, é verdade -, temos 1.3 milhões de jovens estudando; no programa Ciência Sem Fronteiras, temos mais de 80 mil jovens fora do Brasil. E com o pré-sal, agora, vamos investir muito mais em educação.

Se há um setor que está sofrendo uma revolução neste país, com o apoio do PMDB, que hoje tem muita força no nosso governo, é a Educação. Não podemos fazer como o governador do Paraná, a quem poderíamos chamar de Hitler, pelo tratamento que deu aos professores, criando um campo de guerra na semana passada desproporcional, inclusive apresentamos nesta Casa um requerimento de repúdio a este governo.

Portanto, educação, professores e professoras que estão aqui, professores de Chapecó que estiveram me visitando, o Rogério Lima, o Hildo, o Mário, o João Batista para discutir este tema...

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Nobre deputado, reconheço que houve um avanço no governo do PT em nível federal com relação à educação, mas lembrava aqui o falecido Darci Ribeiro, grande impulsionador da lei de Diretrizes e Bases da Educação, inclusive tive oportunidade de conviver com ele quando era do PDT em Brasília, ele que deu essa abertura e esta possibilidade de avanço na educação, dizia que tínhamos que ter pressa. Infelizmente, mesmo com os avanços, não estamos tendo a pressa adequada que deveríamos. Reconhecemos os avanços, mas ainda são pequenos diante das nossas necessidades.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não é possível resolver esse abandono histórico em 12 anos. Com certeza a presidente Dilma Rousseff continua nessa luta.

Mas volto a este tema no horário da Explicação Pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo deputado do PDT que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o Sr. Deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público presente, professores, funcionários da Justiça, ontem, à noite, pelo que vi o PT está com algum convênio com a fábrica de panela Rochedo ou Tramontina, porque cada vez que o Lula ou a Dilma vão para a televisão acontece uma barulheira bem grande no país.

Foi uma manifestação gigante, até porque vemos alguns assuntos não sendo tratados com a seriedade que deveria. Até disseram que o perigo era eles administrarem o deserto do Saara, porque era capaz de faltar areia daqui a algum tempo.

Tenho em mãos um artigo do jornalista e consultor Fábio Pereira Ribeiro que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Por que um governo populista resolve cortar no osso o principal programa para que os excluídos possam ter uma transformação em suas vidas?

Literalmente porque todo governo populista só pensa no governante e nunca no povo. O populismo é uma grande jogada caudilha de marketing de massa e manipulação, e quando calo aperta, compra-se."

E ele fala a respeito da "Pátria Educadora", entre aspas, que corta os investimentos em educação na ordem de R\$ 4,2 bilhões. E é o que está acontecendo com o Fies e com vários investimentos que o governo federal deveria manter, principalmente na área da Educação. Vejo

que temos que olhar essa questão com muita seriedade.

Ontem, lemos no *Diário Catarinense* a seguinte matéria:

(Passa a ler.)

“Sete anos de Espera.

Em 05 de maio de 2008, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, garantiu que a BR-280, no trecho entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul estaria duplicada no fim de 2010. Mas a promessa da agora presidente não tem sequer um quilômetro de pista até hoje.”

Estou manifestando essa preocupação, esses assuntos, porque temos várias obras no estado que estão paralisando por falta de recursos, de investimentos do governo federal. Além da BR-280, temos a BR-470, que está com algum início de obra. A grande preocupação que temos também é com a BR-282, no oeste do estado, e com a BR-163, entre São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira. Uma obra com projeto de investimento de quase R\$ 200 milhões está lá pela metade, com prazo de entrega para maio de 2016. Infelizmente, parada! A obra está parada. O deputado Padre Pedro Baldissera conhece bem a região, sei da preocupação de v.exa. com aquela obra, as máquinas trabalharam, a pista ficou totalmente danificada e não há sinalização.

E agora, deputado Antônio Aguiar, vem o inverno, e para nós o inverno é neblina e chuva. E numa rodovia sem sinalização, totalmente danificada, o risco de acidentes é muito grande. Existe uma grande preocupação da população da região, das autoridades, inclusive já houve várias manifestações nas redes sociais, e precisamos que o superintendente do DNIT em Santa Catarina, Vissilar Preto, que tem atendido sempre com presteza e atenção às reclamações referentes a essas obras, manifeste-se. É impossível que a BR-163 fique paralisada e sem sinalização, sem recuperação nas áreas essenciais, agora, com esse período de inverno que se aproxima.

Quando falei dos sete anos de espera, em obras que não começaram, podemos citar a BR-280, a BR-470, que está parada, mas ainda não foi mexido na

pista principal, então, o perigo, o risco ao usuário da rodovia é menor do que naquelas rodovias onde não há mais sinalização e totalmente esburacadas.

Então, efetivamente, esperamos que o DNIT tome providências e que haja a recuperação dessa rodovia.

Também, com referência ao governo federal, a educação, ao Fies, a paralização, era essa a nossa manifestação.

Comunico, também, que recebemos dos professores da regional de Jaraguá do Sul, o pleito de um pedido de diálogo com o governo do estado. Somos favoráveis e entendemos que deve haver esse diálogo. Os pleitos com referência a anistia das faltas, a revogação do decreto, o reajuste.

Entendemos, sim, que o governo estadual deve procurar a abertura desse diálogo, assim como, pelo que eu sinto nos bastidores, está havendo uma busca de uma solução para a questão do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2015, do Poder Judiciário de Santa Catarina, do Tribunal de Justiça, e também recebemos hoje essa documentação, a explanação, as justificativas da luta da categoria por essa questão com referência ao PLC.

Como última parte do meu pronunciamento, deputado Darci de Matos, também quero registrar aqui o aniversário da Polícia Militar, os 180 anos. Quero fazer esse registro porque no dia anterior participamos, na segunda-feira, à tarde, em Balneário Camboriú, na Praça Almirante Tamandaré, das comemorações, das homenagens por parte da Polícia Militar, pela passagem dos seus 180 anos. Numa atitude muito inteligente do comandante que também foi promovido tenente-coronel, nosso amigo, major José Evaldo Hoffmann Júnior. A solenidade deixou de ser no quartel, para ser na Praça Almirante Tamandaré, com a participação da comunidade.

O major José Evaldo Hoffmann, que foi promovido a tenente-coronel, assumiu há pouco tempo o comando do batalhão de Balneário Camboriú e já fez uma transformação no comando, já deu

motivação, disposição aos policiais. Agora, o número aumentou com as novas nomeações por parte do governo do estado, não foi um número tão significativo, mas a vontade, a disposição dos policiais, a confiança no seu comandante, é diferente, e isso nos traz orgulho!

No pronunciamento, o major Evaldo Hoffmann demonstrou isso, o orgulho do trabalho, da tropa, do empenho, do compromisso com a sociedade, que é o que precisa ter. O policial, o professor, tem que ter vocação. Quem não tem vocação para essas atividades não consegue desempenhá-las, é preciso realmente ter vocação.

E a Polícia Militar homenageou vários promovidos, homenageou também cidadãos que colaboraram, ou que têm interatividade com a Polícia Militar, o Calos Humberto Metzner Silva, o presidente do Sinduscon, e várias outras autoridades. Também, dois policiais foram promovidos por ato de bravura, e é gratificante ver, numa solenidade, o filho pequeno trazendo, na mão, a medalha que o pai vai receber. Foi o caso do soldado Luiz Alberto Cabral, que foi promovido a cabo por ato de bravura numa ação que salvou a vida de um cidadão, no município de Bombinhas. Então, é bom fazer este registro, esse reconhecimento.

O coronel Reinaldo Boldori, que é o comandante regional, também fez uma manifestação pedindo apoio, empenho, e a participação da comunidade, para que haja um empenho muito grande dos policiais no seu trabalho, na sua luta, uma luta que é inglória, que prende e solta todo dia, porque nós efetivamente temos uma legislação federal muito falha.

Participou, também, o colega deputado Leonel Pavan, que agora está participando, no Centro Administrativo, na Casa Civil, de um ato referente ao Centro de Eventos de Balneário Camboriú, ao qual não estou comparecendo, pois fiquei participando da sessão para usar esse horário em nome do partido.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Maurício Eskudlark, não poderia ser diferente, v.exa. se pronunciou falando também da Segurança Pública, mas eu quero dizer aqui, até respondendo algumas colocações que foram feitas hoje, ou no dia de ontem, com relação à Segurança Pública de Santa Catarina.

É claro que precisamos de mais efetivos, é evidente que precisamos mais inteligência, mais investigação, talvez, mais delegacias, isso qualquer leigo percebe, e o governador tem trabalhado nesta linha, junto com o secretário Grubba. Agora, se nós fizermos um comparativo, deputado Valmir Comin, do estado de Santa Catarina com os demais estados do Brasil, os nossos índices de criminalidade ainda são os melhores do Brasil. É claro que precisamos melhorar, porque o ideal é que nós tivéssemos um índice zero, e vamos perseguir esta bandeira, esse grande objetivo.

Mas a segurança é responsabilidade do estado e de todos nós, tem a segurança comunitária, tem as instituições, as entidades, e nós, com a contribuição do Parlamento, tenho certeza de que vamos melhorar, ao longo do tempo, a segurança pública de Santa Catarina, que é um direito de todo cidadão catarinense.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Inclusive, quero registrar que hoje temos a posse festiva do novo presidente da Adepol, delegado Ulisses Gabriel que, através da Associação dos Delegados tem dado o seu apoio à segurança pública, o seu apoio à Polícia Civil como um todo. Precisamos de mais investigação, todos os municípios querem mais delegacias, mas não adianta ter delegacia para registrar boletins de ocorrências, temos que trabalhar, sim, é na investigação, que identifica e leva à Justiça os autores de crime. E cada autor de crime, que é levado à Justiça e preso, deixa de praticar muitos outros delitos.

Então, é fundamental a atuação da Polícia Civil para a segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O deputado João Amin fez uma combinação com o Bloco Frente Renovação, formado pelo PSB, PR e PPS, para fazer uso do horário, com a permissão dos partidos que compõem o bloco.

Então, ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Quero cumprimentar o sr. presidente, os demais parlamentares, as deputadas, e dizer que ontem foi um dia muito especial. A comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa debateu com mais de 800 pessoas, no auditório Antonieta de Barros, um assunto muito importante.

Foi anunciado, pela Secretaria do Patrimônio da União, uma nova demarcação que hoje morde, como diz o ex-deputado Edison Andrino, mais de nove mil cidadãos, apenas em Florianópolis; e 40 mil pessoas no estado de Santa Catarina, sem nenhuma contrapartida de benfeitoria desse dinheiro arrecadado e, para falar a verdade, nem uma xepa de cigarro limpa com esse dinheiro.

E com essa nova demarcação, anunciada pela SPU, de nove mil pessoas, apenas em Florianópolis, iríamos para 30 mil pessoas. Só que esse é um assunto que afeta o cidadão, o morador, a pessoa que tem um terreno, uma propriedade na margem do rio, na margem do mangue e na margem do mar. De Itapoá a Passos de Torres, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira, um dinheiro arrecadado que não volta em nada para o cidadão.

Tivemos a presença do maior especialista no assunto, o dr. Obéde Lima; representantes do Ministério Público, das entidades representativas, de vários municípios.

E posterior à audiência pública de ontem, já protocolamos, com a ajuda de diversos parlamentares, um requerimento constituindo a Frente Parlamentar em Defesa dos Proprietários de Terreno de Marinha no Estado de Santa Catarina. E

também protocolamos nesta Casa uma moção que vou me permitir ler por inteiro.

(Passa a ler.)

"O signatário, com base no art. 195 do Regimento Interno, deste Poder, e considerando que:

- o impacto que a nova demarcação da Linha de Preamar Médio de 1831 pode causar no cotidiano dos cidadãos;

- a pendência do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário n. 639.199, que discute a existência de Terrenos de Marinha em ilhas que sejam sede de município;

- a possibilidade de que, sendo procedente o julgamento do Recurso Extraordinário, sejam extintos os Terrenos de Marinha localizados em ilhas que sejam sede de Município;

- a iniciativa da secretaria do Patrimônio da União (SPU), contraria a essência do Decreto-Lei n. 9.760, de 1946, quando instituiu os terrenos de Marinha, que era da defesa e segurança nacional; e

- a existência de propostas de emendas à Constituição tendentes a abolir terrenos de Marinha,

Requer o encaminhamento de moção ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao superintendente da secretaria do Patrimônio da União (SPU) nos seguintes termos:"

Essa moção, deputado Luiz Fernando Vampiro, vai ser colocada em apreciação daqui a pouco.

(Continua lendo.)

"A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado João Amin, manifesta preocupação e apela a v.exa. que, enquanto pendente o julgamento do recurso Extraordinário n. 636.199, abstenham-se de prosseguir no procedimento demarcatório da LPM de 1831, atenciosamente, deputado Gelson Merisio - presidente.'" [sic]

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado João Amin.

Nós estamos aqui há oito, 12, 16, 20 anos e tivemos a oportunidade de participar de uma das maiores audiências públicas realizadas no Parlamento Catarinense promovido por v.exa.

Aliás, a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano já tratou este ano de mobilidade, de terras de Marinha, do contorno do anel viário, ponte Hercílio Luz, essa comissão está realmente muito atuante sob a sua direção.

E quero dizer que na audiência pública de ontem, o público, por si só, já justifica o motivo da audiência.

Deputado Cesar Valduga e deputado Romildo Titon, sabemos que lá em Campos Novos vocês não têm esse problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Onde tem rio, mangue, lagoa e mar é afetado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Tem pouca água naquela região, pouco rio, mas, veja bem, aí reside nesse tema que v.exa. levantou, um dos grandes absurdos da República, do Brasil, em Santa Catarina são 40 mil famílias afetadas; em Joinville são 6.500. O indivíduo tem a escritura da propriedade e o governo diz que o lote, o terreno não é do proprietário e cobra, anualmente, a taxa de Marinha sem dar nenhuma contrapartida, quando sabemos que taxa implica em uma contrapartida do poder público.

Quem dá a contrapartida de iluminação, de limpeza de rua, de lixo, etc, é o município e não a União. É um absurdo, é um roubo, e nós temos um caminho a seguir, que é fazer uma mobilização em Santa Catarina, uma mobilização nacional - e v.exa. levantou bem o tema - para que possamos votar na Câmara dos Deputados e revogar essa lei, de 1946. Isso é um absurdo e v.exa. está de parabéns por levantar esse tema no Parlamento Catarinense!

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, integrante da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

O Sr. Deputado Manoel Mota -V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo também pela audiência de ontem, à noite. Trata-se de uma matéria importante e uma das grandes audiências públicas que temos participado.

Essa é uma ação importante, fundamental, porque as pessoas trabalharam uma vida toda, investiram e, de repente, com a escritura na mão, não são donos, então, é um desespero total.

Então, como é que se elegem os deputados estaduais, os deputados Federais, os senadores? Com o voto do povo!

Então, precisamos nos mobilizar, irmos ao Senado para aprovarmos aquela PEC para que possamos dar tranquilidade a toda sociedade que mora na área de Marinha.

Por isso lhe parabenizo! Quero dizer que foi levantada uma bandeira que tem que ter começo meio e fim. Contem comigo para buscarmos os resultados, porque o povo aguarda resultados. E é fundamental para aqueles que investiram uma vida inteira e que hoje estão sem segurança nenhuma.

Meus cumprimentos, deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Agradecemos ao deputado Manoel Mota e aos servidores desta Casa que fizeram um esforço muito grande para atender da melhor maneira possível todos os convidados, à imprensa, que vem dando destaque ao assunto diariamente e todas as pessoas prejudicadas ou não que fizeram ontem o uso da palavra. Recebemos diversas pessoas, diversas entidades, vários órgãos, representantes do Ministério Público Estadual e da SPU, Procuradoria-Geral do Estado, de vários municípios.

Então, agradeço o sucesso de ontem que realmente foi o início, o primeiro degrau de uma escadaria muito longa que temos pela frente.

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, por fazer esta administração dos tempos e me conceder este tempo a mais, não apenas do Bloco Social Progressista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente! Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck! Agora estamos dividindo parte do tempo do Bloco Social Progressista.

Quero saudar todos os catarinenses em nome dos deputados e deputadas aqui do plenário. Também quero cumprimentar as pessoas que estão nas galerias desta Casa e os que nos procuram nos gabinetes, de forma especial, a sra. Maria Celir Tenfen, diretora do Hospital Santa Terezinha, do município de Braço do Norte; a Francismari Rossi Lessa, secretária de Saúde deste município; e o sr. Tarcísio Corrêa Marcon, assessor da Secretaria da Saúde do referido município.

Ainda quero cumprimentar, de forma muito especial, o Coronel Edson Rui da Silva Castilho, que em outro tempo, no decorrer da sessão de hoje, também quero comentar sobre o seu trabalho na comissão dos leilões dos carros apreendidos aqui no estado de Santa Catarina.

Mas quero me ater, sr. presidente, ao assunto que, certamente, aflige todas as famílias catarinenses e todos os jovens que tem o conhecimento, que tem a visão de que a sua melhor alternativa para melhorar a qualidade de vida é o estudo, seja do ensino fundamental, do ensino médio, que geralmente conseguem fazer particular ou pela rede pública, mas que a grande dificuldade para ele é exatamente completar o 3º grau, a faculdade, porque aí ele tem poucas alternativas. Ou passa no vestibular da Federal, ou consegue na Udesc, e as chances são muito poucas e pequenas em relação ao número, a quantidade de pretendentes. E aí sobram as universidades particulares e as universidades do Sistema Acafe, que tem 90% do art. n. 170. E agora o outro apoio seria o Fies.

E muito oportuno e realista o editorial do jornal *Diário Catarinense*, do dia de hoje, 06 de maio, com o título: "Pátria Enganadora". A matéria diz respeito a mais um capítulo da falta de gestão

de informações do governo federal com relação ao Fundo de Financiamento Estudantil - Fies. Abordagem jornalística essa que, aliás, vem ao encontro da posição que já havíamos nos manifestados nesta tribuna a respeito do assunto, por considerar que, no mínimo, o governo faltou com informações prévias aos estudantes brasileiros e catarinenses, obrigando milhares de famílias a reverem seus orçamentos, sem falar no adiamento, quando não cancelamento de projetos profissionais e de estudos.

(Passa a ler.)

"Depois de um período de trapalhadas e tergiversações, o Ministério da Educação admitiu que o imbróglio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), deve-se mais à falta de dotações orçamentárias para novos contratos e não a problemas técnicos que os alunos vinham encontrando para renovar os já existentes".

Ou seja, alunos e jovens que ficaram um mês, dois meses tentando fazer o seu cadastramento, o seu aditamento, e não conseguiram, não era porque o *site*, a linha estava ocupada, e sim porque havia o sistema para não conseguir se inscrever mesmo no programa, e talvez não conseguindo entrar no *site*, muitos alunos desistissem, o que de fato ocorreu com muitos alunos.

(Continua lendo.)

"A confusão compromete o conceito e a promessa da presidente Dilma Rousseff, de que o Brasil passaria a ser uma Pátria Educadora neste seu segundo mandato. A transparência a que recorreu agora o ministro Renato Janine Ribeiro, ministro da Educação, teria evitado problemas maiores se tivesse sido adotada há mais tempo.

Ao acenar com a alternativa do Fies, o governo federal criou uma expectativa entre os brasileiros de menor renda do que o acesso a cursos de nível superior em universidades privadas seria facilitado".

Então, o Fies, sem dúvida nenhuma, é uma grande alternativa para os estudantes, e talvez nos estados, e eu estou articulando junto aos reitores do Sistema Acafe e seus técnicos, para

buscar uma alternativa também estadual para financiar o sonho de tantos jovens do Brasil. Alguns conseguem o financiamento pelo art. 170, está muito bem, mas são só R\$ 50 milhões; àqueles que conseguem o financiamento Fies em Santa Catarina, são lá são 40, 50 mil alunos que conseguem, mas existem mais de 100 mil estudantes que não conseguem pagar a universidade, não conseguem o Fies pelas limitações que estamos colocando e que, às vezes, são de ordem financeira e bancária, e também não conseguem o financiamento pelo art. 170, o que acaba frustrando o seus sonhos para cursar uma universidade.

(Continua lendo.)

“É obvio que, num cenário de recursos escassos, o ideal seria contemplar todos os acadêmicos, mas sabemos que isso é impossível. O próprio MEC deu-se conta disso, ao aperfeiçoar os critérios de concessão do benefício, limitou e acabou frustrando o sonho de muitos estudantes. Os estudantes, porém, poderiam ter sido poupados, primeiro, da tensão de não conseguir renovar o crédito e, agora, da frustração e revolta diante da admissão de falta de recursos para novos contratos.

No caso das instituições privadas de nível superior, ficou evidente que algumas instituições deixaram o bom senso de lado ao reajustarem os valores cobrados dos alunos, procurando tirar vantagem do financiamento fácil.

Mas não é justo que, por isso, muitas delas sejam agora prejudicadas, enfrentando inclusive o risco de evasão de alunos.

Em qualquer país, particularmente o Brasil, a educação tem que ser prioridade. É o discurso de todos nós. Se não há recursos para um programa da importância do Fies, que pelo menos não se engane a população, se evite perturbar os alunos, os acadêmicos, como aconteceu nesse início do ano, tanto os alunos que queriam renovar, aditar e também os estudantes que iriam fazer crédito novo para estudar.

Registre-se que só na região de Brusque, entidades educacionais como a Uniasselvi/Assevim

têm aproximadamente 45% dos seus estudantes cursando a universidade pelo crédito do Fies, o equivalente a cerca de um mil alunos. Em toda Santa Catarina, são mais de 47 mil estudantes, muitos agora, infelizmente, privados de continuarem seus estudos por falta de informação prévia do governo federal.

Que este triste episódio sirva como lição para que o governo tenha mais eficiência na gestão de projetos educacionais vitais para o futuro do Brasil e não os use somente como propaganda político-eleitoral valendo-se da boa fé do estudante e das famílias brasileiras."

Seguramente, o programa Fies que é para atender uma faixa social que tem dificuldade de acesso, que no futuro vai devolver esse recurso, que vem complementar aquilo que os estados, como Santa Catarina tenta fazer, mas sem dúvida nenhuma precisamos melhorar, ampliar a quantidade de recursos destinados neste sistema.

Lamento toda essa situação gerada, pois não há como bancar a educação de tantos jovens se alguém não colocar o dinheiro. Quer dizer, onde está o dinheiro? Sessenta e cinco por cento da arrecadação está no governo federal! É de lá que tem que vir e é para eles que temos que reclamar.

Estamos tentando também, junto ao governo do estado melhorar aquilo que já está sendo feito.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero apenas dizer que sabemos que nem todos estão sendo atendidos, mas não dá para fazermos circo dessa situação.

O governo Fernando Henrique Cardoso atendeu 76 mil contratos, enquanto o governo federal atual está atendendo 1.9 milhão de contratos e este ano mais 252 mil! O que é melhor? Setenta e oito mil ou dois milhões?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, com certeza o deputado João Amin fez uma grande audiência pública e quero parabenizar v.exa. pela iniciativa e pela grande repercussão que está dando em todo estado. É verdade que a lei é mais para o litoral, mas temos certeza de que essa mobilização servirá para que o governo federal mude seu conceito e mude a lei de 1946.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Quero agradecer o registro que v.exa. faz, porque realmente afeta muito mais o litoral, mas os vizinhos de mangues e rios não estão isentos de uma nova demarcação. Por isso, temos que levar essa discussão para todo estado de Santa Catarina. Portanto, conto com seu prestígio, com sua atuação como parlamentar para nos ajudar, não somente a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, mas a frente parlamentar para que essa discussão ocorra o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Parabéns, mais uma vez pela grande audiência pública, deputado João Amin!

Gostaria de, neste momento, reportar-me ao fórum de Canoinhas, esperado há muito tempo. Sexta-feira, às 10h, estaremos dando a ordem de serviço, que vem do desembargador Nelson Schaefer Martins e do presidente do Tribunal Regional. Quero agradecer o presidente pelo seu empenho e dedicação, pois é uma obra que tem o valor aproximado de R\$ 18 milhões para construção de mais de 7.000m<sup>2</sup>.

Uma obra importante para o município de Canoinhas. Estará lá o desembargador Antônio Rego Monteiro Rocha, presidente do Conselho Gestor de Engenharia do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina. Estará presente a juíza de direito da comarca, dra. Gisela Ribeiro. Teremos a presença também de prefeitos, autoridades para essa importante ordem de serviço.

É, sim, mais uma obra para o crescimento e desenvolvimento do município de Canoinhas, uma vez que também tivemos uma grande ordem de serviço, mais de R\$ 30 milhões para o saneamento básico de Canoinhas. Obra essa, do governo Raimundo Colombo, que faz com que Canoinhas se sinta prestigiada no planalto norte.

Temos certeza de que essa obra vai economizar, apenas em saúde, 4%, que serão muito bem-vindos à prefeitura de Canoinhas que fará a economia na área da Saúde. Nós temos um grande espaço político do PMDB.

Agora, convido o deputado Valdir Cobalchini, para fazer uso da palavra no restante do tempo do PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Silvio Dreveck, nosso líder do governo, sras. deputadas e srs. deputados.

Deputado Fernando Coruja, v.exa. que há pouco fez um pronunciamento em relação à necessidade do diálogo entre o governo e os professores - e eu não lhe aparteei para não atrapalhar o seu raciocínio - diálogo começa a acontecer de forma efetiva, e estamos realmente muito otimistas que o movimento grevista, deputada Luciane Carminatti, a partir da manifestação do governo de reabrir o diálogo, parece-me que, com o compromisso de que haja uma construção a quatro mãos, a oito mãos, em

que não se estabeleça que um ganha e o outro perca, num clima de harmonia.

Nós estamos muito esperançosos, deputado Silvio Dreveck, de que nos próximos dias possamos acompanhar o fim do movimento grevista e a construção, com muita tranquilidade, de um projeto que, se não o ideal que todos nós deslumbramos, mas o possível, inclusive dentro de uma realidade das finanças de Santa Catarina. Então, queria fazer esse registro.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Obrigada deputado Valdir Cobalchini, nós temos alguns professores ainda acompanhando esta sessão, são todos bem-vindos a esta Casa. Acredito que todos os 40 deputados Parlamentares nesse período todo, que já ultrapassa os 30 dias de paralisação do Magistério Estadual. Todos fomos cobrados para que de fato pudéssemos intermediar e sensibilizar o governo para retomar as negociações.

Eu disse para alguns professores, hoje, e falei a v.exa. também, que nós não temos uma bola de cristal para saber qual é o resultado de uma negociação. Nós não podemos prever como se dará, até que ponto se avança numa negociação, mas há uma expectativa do Magistério.

Na semana passada, conversava com o Deschamps, v.exa. também conversou, assim como vários deputados aqui desta Casa, como o deputado Natalino Lázare, que é professor aposentado e também dialogou, bem como o deputado Mauro Mariani, enfim, vários parlamentares intercederam, no sentido de que, de fato, possamos avançar em todas as questões, tanto no reajuste da carreira, no debate da regência, na revisão da progressão, a partir do decreto das faltas. Enfim, não vou aqui listar toda a pauta porque acho que isto tem que ser discussão de mesa de negociação.

Então, acredito muito que, de fato, consigamos reabrir esta negociação e, como falei, de forma madura, consciente, ambas as partes possam sentar à mesa e avançar no processo de negociação. Eu não

gostaria que, em Santa Catarina, de forma alguma, acontecesse o que o nosso vizinho Paraná fez, tratando os professores daquele modo *pitbull*. Que isso não se torne uma regra também para o nosso estado.

Então, acho que o diálogo, a negociação, é o canal do avanço. E eu acredito muito nesse processo, deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti, que tem na Educação a sua atividade profissional principal, e que tem sido interlocutora do movimento nesta Casa. Queremos, e já estamos, não apenas nos propondo, mas, efetivamente, participando com a responsabilidade que todos temos, e diria que no meu caso, um pouco mais, por presidir a comissão de Educação.

Também quero reafirmar que, outros colegas têm nos ajudado na nossa comissão de Educação, a exemplo do deputado Natalino Lázare e do deputado Gabriel Ribeiro, que aí estão, enfim, mesmo não pertencendo à comissão de Educação torcem e ajudam para que tudo aconteça.

Não tenho dúvidas de que não vai acontecer aqui o que acontece em outros estados da federação, mas nós não podemos pagar para ver, deputado Antônio Aguiar. Acho que o diálogo é o melhor caminho, sempre foi e sempre será, e o bom senso me parece que impera.

Há pouco, por telefone, deputado Silvio Dreveck, falava com o secretário Eduardo Deschamps, que, em Brasília, manifestou-se pela concordância em reabrir as tratativas, as negociações. Com isso, o governo, parece-me, passa uma credibilidade, deputado Ismael dos Santos, no sentido de não fugir ao diálogo, à conversa, pois é através dela que vamos encontrar um caminho.

Gostaria também de fazer referência que, ontem, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, houve um debate em torno da interiorização da Udesc, em Santa Catarina. O nosso presidente da comissão, deputado Mauro de Nadal, deputado Silvio Dreveck, como líder do governo, e outros deputados, estiveram lá

presentes. Existem leis que foram aprovadas, obviamente, por esta Casa, e que não estão sendo cumpridas.

Nós protocolamos, hoje, um projeto de lei, cuja ementa diz que a Udesc não pode, não poderá, a partir da publicação desta lei, abrir novos cursos sem que entre em funcionamento aqueles que estão aprovados por lei, que espero, mereça dos deputados o seu voto favorável, até porque, se nós assim não procedermos, é como se rasgássemos todas as leis que foram aprovadas aqui, os deputados têm que fazer valer as suas prerrogativas e, se as leis existem e foram publicadas, elas alcançam a todos e não seria a Udesc que não iria cumpri-las.

Portanto, confio que todos os deputados, e não se trata ser desse ou daquele partido, dessa ou daquela região, devem respeitar o autor de um projeto de lei, o relator de um projeto de lei e aqueles que deliberam nas comissões e aqui em Plenário. E aí, passa a ser uma lei dos 40 deputados. E o nosso projeto diz que nenhum curso de graduação será criado sem que se cumpra a lei. Aqui temos duas leis em 2010, outra lei anterior, criando campus no meio-oeste, criando campus e previsão de cursos lá em Palmitos e até agora, depois de anos, nada. Com o maior respeito que eu tenho, e admiração, como cidadão catarinense, por essa instituição que é uma das melhores do país em ensino superior gratuito, quero aqui dizer e fazer um apelo aos amigos, aos colegas deputados, de que aquilo que se aprova aqui deve ser respeitado, seja pela Udesc, seja por qualquer cidadão ou por qualquer instituição.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. está sempre preocupado com a educação superior, em levar benefícios para todo o estado de Santa Catarina, sobretudo para o meio-oeste e oeste do estado. Concordo com v.exa. que a Udesc é uma das melhores universidades do Brasil e é o nosso

orgulho, e concordo também que nós temos que cumprir a Lei da Interiorização.

Percebo ao longo dos anos a Udesc tem procurado cumprir, porque ela está praticamente em todas as regiões. Talvez ali no meio-oeste ou no extremo oeste precisássemos intensificar um pouco mais as ações da nossa universidade.

Queria fazer um apelo para que pudéssemos, na comissão de Constituição e Justiça, dar celeridade à aprovação do projeto que concede reajuste para os servidores da nossa universidade, já que eles têm orçamento próprio. O governo construiu esse projeto, mandou para esta Casa e, se pudéssemos dar celeridade nas comissões e aprovar no Plenário, entendo, seria de muito bom grado para o Parlamento, sobretudo para a universidade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Nós no meio-oeste de Santa Catarina estamos realmente desassistidos, não estamos cobertos por essa universidade tão importante. Então, ou ampliamos essa rede ou temos que encontrar alternativas para beneficiar outros alunos que não têm acesso ao ensino universitário gratuito. É um grave problema, uma distorção, uma injustiça que nós precisamos corrigir.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Parece-me que por não termos, quem sabe, a praia, por não termos shoppings, enfim, por não sermos da capital, não recebemos a mesma boa vontade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do projeto de Conversão em Lei n. 0199/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0028/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que institui a Semana Estadual da Orquídea Laelia Purpurata.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0422/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que institui a Semana de Prevenção ao Aborto no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados e sras. deputadas. Eu quero agradecer a primeira votação e, agora, vamos para segunda do Projeto de Lei n. 0422/2011, que institui a Semana de Prevenção ao Aborto no Estado de Santa Catarina, a ser celebrada no mês de maio na semana que antecede ao Dia das Mães.

Eu quero deixar explícito aqui, sr. presidente, que pessoalmente temos uma posição pontual, consolidada em relação ao aborto, somos e sempre seremos pela vida, mas o projeto não diz ser contra ou a favor ao aborto, até para que o nosso povo catarinense entenda, o projeto pretende promover o debate, a orientação e a prevenção à gravidez não planejada, essa é a perspectiva do projeto.

Portanto, a criação da referida semana vem para adotar campanhas pela ocasião da data, provocar o debate, a reflexão, a educação, podendo contribuir para a redução do número de casos de gravidez.

É bom lembrar que hoje o aborto é um problema de saúde pública e que, portanto, envolve os três Poderes. Hoje, o Brasil é o quinto maior causador de mortes maternas devido ao aborto, que tem não apenas o custo financeiro, mas o alto custo emocional. Em 2013 foram 700 mil abortos induzidos no Brasil. Por tudo isso entendemos ser muito importante da tal semana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0068/2015, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Iraceminha (regularização da ocupação pela Apae).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0065/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos - Afadeq -, de Alto Bela Vista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0129/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba - Amai.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0013/2015, de autoria dos deputados Padre Pedro Baldissera e José Nei Ascari, que concede título de cidadão catarinense ao dr. Homero de Miranda Gomes, *in memoriam*.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0311/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0319/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0320/2015, 0321/2015 e 0322/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0323/2015, 0324/2015, 0325/2015, 0326/2015 e 0327/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0328/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0329/2015 e 0330/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0331/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 0332/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0337/2015 e 0338/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, 0339/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0342/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0343/2015, 0344/2015, 0345/2015, 0346/2015, 0347/2015, 0348/2015, 0349/2015 e 0350/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0351/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0352/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0353/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0355/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0356/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0359/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto.

Requerimento n. 0354/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem ao presidente do TCU, solicitando a realização da vistoria nas obras da BR-101, e que informe se os itens constantes do contrato estão

sendo cumpridos pelas empreiteiras especialmente quanto à espessura da camada asfáltica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0053/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador e ao secretário de estado da Segurança Pública, apelando para que agilize o processo de nomeação dos aprovados no concurso público do IGP, homologado em dezembro de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0054/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao superintendente da secretaria do Patrimônio da União, apelando para que, enquanto pendente o julgamento do recurso extraordinário 636.199, abstenham-se de continuar o procedimento demarcatório da LPM de 1.831.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0102/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca das

cirurgias bariátricas realizadas, não realizadas e previstas pelo SUS, no período de 2013 a abril 2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0103/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviado aos secretários de estado da Casa Civil e da Infraestrutura, solicitando informações acerca dos trâmites para efetivar a estadualização da Estrada Geral do Gaspar Alto, trecho que liga Guabiruba a Blumenau, incorporando à SC-420.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0104/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do início das obras na SC-477, ligando os municípios de Papanduva e Doutor Pedrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0105/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca da não conclusão, custos e previsão de conclusão da

obra de pavimentação da rodovia SC-450, que liga Praia Grande/SC a Cambará do Sul/RS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0106/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca do andamento, custos e previsão de conclusão da obra de pavimentação asfáltica da rodovia SC-407, que liga o município de São Martinho a Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0107/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca da não execução da pavimentação asfáltica da rodovia SC-390, que liga o município de Pedras grandes a Orleans.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0108/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca do número de

cirurgias de reconstrução mamária realizadas pelo SUS de janeiro de 2008 a abril de 2015, quantas estão previstas e quais os procedimentos pós-operatórios e de suporte são oferecidos pelos hospitais no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero cumprimentar o sr. presidente, todos que nos acompanham, srs. parlamentares, deputadas e deputados. Anteriormente, solicitei um aparte ao deputado Maurício Eskudlark apenas para dizer que o PT não tem acordo com as indústrias de painéis que foram batidas ontem, à noite, porque a maioria dessas painéis são importadas, custam quase R\$ 2 mil cada. E hoje muitas empregadas não acharam as painéis para fazer o almoço.

Mas quero também dizer a v.exa. que na questão partidária é muito delicado entrar nessa seara, porque o seu partido já mudou muitas vezes de nome. Mas não é este o debate, queremos continuar, com muita tranquilidade, transformando este país, e como esta semana o julgamento e a comprovação do acidente da TAM, em São Paulo, quando falaram que o nosso partido era o responsável, e agora se provou o contrário. Há tanta coisa neste país que ainda com certeza vamos provar o que está se falando de bobagem contra o nosso partido e o povo brasileiro vai compreender.

E quero citar mais um exemplo ocorrido em Florianópolis, deputada Ana Paula Lima, com relação aos combustíveis, e olha só o que fizeram. Logo no início do ano quando o governo permitiu R\$

0,23 de aumento nos combustíveis, teve muitos postos de gasolina que por complô aumentaram R\$ 1,00 por litro de gasolina, e em Florianópolis chegaram a cobrar R\$ 3,50 e R\$ 3,60 pelo litro da gasolina, e hoje muitos postos de gasolina, quando se vai abastecer o carro, estão cobrando R\$ 2,60, R\$ 2,70 até R\$ 3,00.

Então, é isto que ocorre neste país, esses desmandos conduzidos por um grupo radical, que não quer aceitar o nosso governo, as transformações do país, que não quer reconhecer algumas coisas.

Mas quero falar sobre Santa Catarina, falar muito hoje sobre educação, sobre a luta dos servidores do Poder Judiciário. Hoje, pela manhã, encaminhamos um requerimento para a comissão de Finanças e Tributação sobre a realização de uma audiência pública para se discutir a real condição do Poder Judiciário Catarinense sobre uma política salarial, plano de salários e cargos para a categoria do Poder Judiciário.

E entendemos que há um conjunto de ações por parte do Tribunal de Justiça que, na nossa avaliação, incendeia e indigna mais a categoria, pois representantes do referido tribunal, em vez de se dialogar, voltam para antigos métodos, alguns inclusive de pressão, que se usava na ditadura militar, como tirar salários, reduzir 30% dos salários dos servidores, quando, por lei, no máximo pode-se reduzir 10%. Vamos ter milhares de ações na Justiça, mais de seis mil, contra essa decisão.

Também a decisão de que os trabalhadores do Judiciário têm que ficar 200m longe dos tribunais, na nossa avaliação, não contribui para o processo de debate democrático entre o Tribunal de Justiça e a categoria.

Então, precisamos e queremos que se construa um diálogo franco e aberto com a representação dos servidores da justiça e o Tribunal de Justiça. E o mesmo nós cobramos, por inúmeras vezes, nesta tribuna, com relação à greve dos professores.

Eu hoje conversando com um conjunto de professores, de educadores, estou convencido de uma situação. Se o governo do estado, o governador

Raimundo Colombo e o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, apostam que vai ter ganhador e perdedor nessa questão da mobilização dos professores, que vai reduzir o movimento e que vai ter menos educadores em greve, isto não significa que professores irão voltar à sala de aula tranquilos e contentes novamente.

Pelo contrário, isso traz um prejuízo violento para a Educação em Santa Catarina.

Então, não tem jeito, porque os trabalhadores não vão voltar de mãos abanando. Ou o governador do estado sinaliza uma proposta concreta para os trabalhadores ou a educação de Santa Catarina ficará ainda mais comprometida. Pode ser que o governo esteja apostando no caos da Educação. Talvez seja uma estratégia do estado mínimo, da privatização e do desmonte da educação pública.

Não queremos que isso aconteça. Defendemos a educação de qualidade, educação para que o nosso estado, que tanto falam que não tem problemas sociais, mas está aí o problema da segurança pública e todos os municípios gritando. Ontem foi a vez de Criciúma e região; temos o problema da saúde e vimos os hospitais reclamar que não estão recebendo repasse do estado. E estamos vendo e vivendo esse sério problema da educação.

Então, mais uma vez estamos aqui cobrando para não vermos a educação de Santa Catarina ir cada vez mais para trás por falta de decisão política do estado de fortalecer a educação, começando pelo bom tratamento dos trabalhadores em educação. E para isso também não pode, praticamente a metade dos trabalhadores em educação ser ACTs. Precisamos de concurso público e que se construa uma carreira na educação, porque ser professor não é ter um bico, não podemos brincar com nossas crianças, porque o estado precisa se quiser continuar se desenvolvendo no futuro, de qualidade na educação. As famílias precisam colocar seus filhos numa escola pública e têm direito de ter uma educação de qualidade, que seus filhos sejam bem tratados nas escolas, bem valorizados e encaminhados para sua vida.

Como pai, que tenho minha filha na escola pública e todas as minhas filhas estudaram em escolas públicas, sempre trato esse assunto com muito carinho e seriedade para que nossos filhos sejam bem encaminhados na vida. E é isso que cobramos, ou seja, além da estrutura, da condição de trabalho, precisamos valorizar os educadores.

Por isso, o secretário Deschamps continua insistindo em não conversar ou dialogar. É impossível, e isso o governo precisa se convencer, que os trabalhadores voltem para as salas de aula sem nenhum aceno concreto, porque em 2011 e 2012 já não cumpriram o acordo feito com os trabalhadores. Naquele momento os trabalhadores deram um voto de confiança para o governo, querendo dizer que estavam voltando, mas queriam negociar, hoje não há mais esse crédito.

Então, é necessário que haja uma condição muito concreta e isso se espera do governador. Esperamos, sr. presidente, que esta Casa possa contribuir. Sei que há um conjunto de deputados já fazendo sua parte, mas que toda Casa consiga perceber este momento dramático que vive a educação de Santa Catarina.

Podem dizer que há poucos professores em greve! Não interessa, pois quem voltou para a sala de aula semana passada ou esta semana não está satisfeito dentro da sala de aula. Está dando aula, mas voltou? Voltou insatisfeito e isso é muito ruim para a educação. Por isso, não há ganhadores e nem perdedores nessa história! Quem perde, neste momento, é a sociedade catarinense, especialmente as nossas crianças e os trabalhadores da Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente e srs. deputados, hoje a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou o envio de uma solicitação a sra. secretária Ada de Luca, solicitando esclarecimentos sobre quais as estruturas de proteção à Criança e ao Adolescente, que pertencem ao estado estão em funcionamento; quais estão previstas para reformas e melhoramentos e também do quadro funcional das mesmas.

Nós temos visto aí algumas dificuldades em alguns locais, em algumas cidades, algumas emblemáticas, que causaram até repercussão estadual, justamente como ocorreu na cidade de Criciúma, e precisamos ter acesso a essas informações para que possamos nos manifestar com mais intensidade.

Essas informações já foram solicitadas pessoalmente, porém, como não chegou as nossas mãos esse tipo de informação, estamos fazendo a solicitação por escrito e também através do plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero cumprimentar de forma especial o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por estar fazendo esse encaminhamento através da comissão Especial da Criança e do Adolescente, da qual ele é o presidente, justamente para melhorar a questão dos investimentos por parte da secretária da Justiça e Cidadania, no sentido de tentar recuperar um grande número de adolescentes que, infelizmente, hoje, temos em diversos municípios de Santa Catarina, os chamados Cases, Caseps, a família de apoio. Enfim, os programas todos que temos de auxílio para recuperação.

Então, com certeza, vamos precisar do empenho do governo através da secretária de Justiça e da

Cidadania. Essa comissão sob a Presidência de v.exa., dará encaminhamento para buscar uma solução para esse problema que é grave.

Mas gostaria também de saudar todos os catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação e, de uma forma muito especial, o coronel Edison Rui da Silva Castilho, que é o presidente da comissão de Leilão do Detran. Aliás, um local que eu acredito que os deputados aqui têm visitado pouco e, oportunamente, quero tentar fazer um convite ao coronel para vir aqui colocar o trabalho que faz essa comissão de leilão do Detran e os resultados que vem tendo nos últimos anos. Em Santa Catarina temos aproximadamente mais de quatro milhões de veículos circulando, ou um grande número circulando, e em torno de 700 a 800 mil estão retidos por alguma justificativa nas blitz, porque tem o atraso do licenciamento, o atraso do pagamento das taxas e acabam ficando retidos e, muitas vezes, esse carro retido acaba sendo excluído da economia, ele para de servir como carro, de levar alguém, ele para de consumir o combustível, os pneus, as autopeças. Ou seja, saí do mercado, ele deixa de contribuir com as taxas de licenciamento. Quer dizer, um carro parado no estacionamento porque foi detido e o seu dono não vai buscá-lo por alguma razão, enquanto o governo deixá-lo, este veículo está excluído da nossa economia. Quer dizer está fora da economia.

Então, é importante que haja o processo de reinserção desse bem, desse veículo, justamente para passar a fazer parte da economia da cidade e do estado.

Então, hoje, visitando a comissão de Leilão do Detran, causei-me, com certeza, um encanto e surpresas com alguns resultados que eu não imaginava que estivessem ocorrendo.

Gostaria de registrar rapidamente a presença do sr. Maurício, empresário lá de Brusque, que acompanha os trabalhos aqui na Assembleia. Obrigado pela presença.

Então, estamos acostumados a passar em frente a estacionamentos de retenção de veículos e ver um grande número de veículos parados. Dá a impressão

de que o governo não aproveita isso, que poderiam ser usados para atender hospitais, Apaes, associações assistenciais, ou buscar outro aproveitamento melhor. E aí vem a surpresa! Justamente do ano 2003 ao ano 2010, que corresponde a oito anos de governo, no caso o governo Luiz Henrique, houve, digamos, a reorganização para começar a fazer um reaproveitamento melhor, a fazer esse processo de reinserção. Nos oito anos se conseguiu leiloar, ou seja, foram vendidos para outros, através dos leilões, seja como veículo ou como sucata, 17.141 veículos. E essa venda gerou aos cofres do estado R\$ 12.605.878,50. Isso em oito anos. Mas esse era o momento em que o governo estava organizando-se para fazer esse processo de reinserção.

Do ano 2011 até 2014, justamente sob a coordenação do atual presidente dessa comissão de Leilão, que organizou o estado e ainda está organizando para melhorar ainda mais, em 2011 conseguiu fazer 15 leilões, e nesses 15 leilões vendeu, no caso, botou em circulação, leiloou, 5.459 veículos, ou como sucata, ou como veículo, gerando para o estado R\$ 7.158.570,00.

Em 2012, conseguiu fazer dez leilões. Houve o leilão de 3.636 veículos e entrou para o estado R\$ 3.990.965,00.

Em 2013, já mais organizado, pulou para 32 leilões, foram 14.855 veículos, e gerou para os cofres estaduais R\$ 17.199.879,10.

Em 2014, conseguiu fazer 32 leilões em várias regiões, foram leiloados 21.444 veículos, e entrou R\$ 21.459.730,77. Totalizando, nos últimos quatro anos, a reinserção no mercado de mais de 45 mil veículos, ou transformar em sucata. O que não valia nada, o que não servia para nada, foi vendido e entrou em algum lugar como sucata, mas passou a ter uma serventia e uma utilidade econômica, repito.

E o total são R\$ 49.809.144,87 que, através do leilão, colocou-se nos cofres públicos e, naturalmente, dali para frente passou então a ter sua serventia em nível de estado.

Então, queria destacar esse movimento que vem crescendo e acredito que será melhorado à medida que buscarmos a flexibilização das leis, porque grande número de veículos é retido por questões judiciais. O carro que está envolvido num crime, enquanto não decide toda questão criminal, fica lá detido.

Por exemplo, seria o mesmo que dizer que uma pessoa, que foi baleada e morreu no crime, ficasse guardada no frigorífico até resolver todo o julgamento, até seria interessante, mas a pessoa é sepultada.

O carro fica lá no estacionamento parado não servindo para nada, não pagando mais o IPVA, não pagando mais o licenciamento, ou seja, fora da economia, por quatro ou cinco anos. E naturalmente, ao fim do julgamento, do processo inteiro, não valerá mais nada, apenas como sucata ou ainda ser vendido como ferro velho.

Tudo isso vai depender da nossa capacidade de flexibilidade.

Faço um pedido aos prefeitos para que aconteçam esses leilões e que haja esse processo de reinserção, pois os municípios precisam estar integrados ao sistema.

Dos 295 municípios, apenas 88 tem o convênio com o Detran, com a Polícia Militar, com a SSP, que tem o processo de municipalização, que tem o pátio para poder fazer o leilão. O governo do estado está fazendo a sua parte, mas precisamos ter o apoio do Poder Judiciário para dar agilidade. E também precisamos ter o apoio dos prefeitos, das Câmaras de Vereadores, justamente para fazer esse convênio com o Detran, para podermos promover esses leilões e os carros poderem voltar à economia ou para os próprios donos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - A próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, a minha manifestação é sobre o fato de que vivemos um momento onde várias notícias negativas permeiam as nossas vidas e, de repente, não enxergamos o que há de bom acontecendo.

Ontem, tivemos o programa do nosso partido, do PT, e em alguns locais teve aquele painel. Mas eu não vi nenhum painel para defender os professores do Paraná que apanharam da polícia e que foram machucados; também não vi nenhum painel na defesa dos nossos professores aqui do estado de Santa Catarina; nenhum painel na defesa dos nossos funcionários, servidores do Judiciário de Santa Catarina. Temos que voltar os nossos olhos para as coisas boas.

Essa é a minha fala de hoje, primeiramente falando sobre um artigo que li na *Folha de S. Paulo*, de um sociólogo, chamado Domenico De Masi, italiano, que afirmava coisas que, às vezes, a gente não enxerga, mas que estão à frente dos nossos olhos e que, de repente, não queremos enxergar. Ele diz: "Hoje a presidenta Dilma é vítima de uma vingança neoliberal. Aécio Neves perdeu as eleições, parece que ainda não se conscientizou disso, e o movimento neoliberal se voltou contra a presidenta Dilma, que não é pior do que os outros presidentes que passaram pelo nosso país, tendo em vista as grandes mudanças que aconteceram também no nosso país."

A corrupção sempre existiu e agora as medidas estão sendo tomadas. Parece que não querem enxergar isso. O Brasil tem mil problemas e há um grande desencontro entre o Brasil real e o Brasil intelectual. Que desencontro é esse? O Brasil tem uma taxa de desemprego que é um terço da italiana ou metade da norte americana. Um terço do que é na Europa ou nos Estados Unidos. Mas espera-se um aumento.

No Brasil é assim, se algo vai mal, vai mal; se algo vai bem, no futuro vai piorar. É essa a mentalidade. Esse é um pensamento típico dos brasileiros confrontados com a realidade, essas ideias não param de pé.

Diz Domenico De Mais, que terminou uma pesquisa com 11 intelectuais brasileiros sobre como estará o Brasil no ano de 2025. Grande parte desses intelectuais é pessimista.

O PIB brasileiro é o sétimo do mundo, à frente da Itália e da Inglaterra. O Brasil está em quinto em produção industrial; está em terceiro lugar em acesso à *internet*, atrás dos EUA e da Suécia. Ou seja, o Brasil ocupa posições de primeiro mundo, mas os brasileiros ainda se enxergam como um país de terceiro mundo.

Quando esses mesmos intelectuais foram confrontados com dados reais, eles se mostram mais otimistas do que quando discutiam entre si. Os brasileiros, diz esse sociólogo, têm complexo de vira-lata.

Nós estamos bem em relação aos outros países do mundo!

Primeiro nós evidenciávamos os Estados Unidos, muito melhor do que eles, muito melhor do que a Europa, erradicamos a miséria em nosso país, demos a oportunidade de trabalho. Hoje temos uma frota de carros grandes, temos pleno emprego, comida na mesa e, apenas para destacar manchetes de jornais do mês de abril deste ano.

(Passa a ler.)

"O Brasil conseguiu praticamente erradicar extrema pobreza, diz relatório do Banco Mundial.

- Valor Econômico, diz: Dólar cai abaixo de R\$ 2,90 pela primeira vez em dois meses.

- Após três meses em queda, criação de empregos volta a crescer, mostra Caged."

Notícias positivas que não queremos enxergar.

(Continua lendo.)

"Empregos em SP, RJ, DF, BH e Salvador abrem mais de 19 mil vagas de trabalho. Somente em São Paulo são 17 mil oportunidades.

- Mais de 3 milhões de famílias deixam voluntariamente o Bolsa Família."

Programa que é do governo federal, que dá renda para as pessoas quando as mesmas conseguem sustentar suas famílias, ou montam empreendimentos, elas deixam voluntariamente o programa.

(Continua lendo.)

"O Saneamento básico cobre 84% dos domicílios urbanos do país. Em dez anos, número de domicílios servidos por redes coletoras de esgotos ou fossas sépticas passou de 32,8 milhões para 47,3 milhões."

Notícia positiva.

(Continua lendo.)

"Passageiros aprovam maioria dos aeroportos brasileiros."

Tinha época que o pobre não podia viajar, hoje os aeroportos estão cheios porque as pessoas têm a oportunidade de viajar de avião e os aeroportos estão sendo modernizados e os brasileiros estão aprovando.

(Continua lendo.)

Em Santa Catarina, o aeroporto de Jaguaruna é inaugurado nesta segunda (27), mês de abril, depois de quase 20 anos."

Notícia positiva. Se há gente viajando o aeroporto está operando.

(Continua lendo.)

"Na área da educação 90% das obras de expansão das universidades foram concluídas, diz a Controladoria-Geral da União.

O Tesouro Nacional diz que o *superávit* primário mostra reversão de tendência.

A ONU diz que brasileiras estão em situação melhor no mercado de trabalho."

As mulheres estão acessando. Isso é o Brasil. São políticas públicas do governo federal.

O UOL diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Números de brasileiros com celular cresceu 131% em oito anos - 30/04/2015.

Em pesquisa, o IBGE mostra que 50% usam o celular e o *tablet* para acessar a *internet*.

O *Estadão* diz que acesso à internet avança entre os idosos, pessoas sem instrução e de baixa renda, porque o poder de compra do salário mínimo, agora é real.

O setor atacadista registra crescimento de 14,19% em março. O segmento de fármaco e cosmético registraram alta de 10,4% com ganhos de R\$ 17,2

bilhões, seguidos no varejo independente que cresceu cerca de 6.6%.”

Notícia positiva para o mês de abril.

A produção do pré-sal cresceu 70% em março. E isso os nossos noticiários não falam, pelo menos nas redes de televisão, porque é mais fácil, falar de notícia negativa, porque vende mais do que as notícias positivas, até para colocar a autoestima do brasileiro em alta.

(Continua lendo.)

São Paulo bate recorde com 15 milhões de turistas no ano de 2014. Santa Catarina também não foi diferente este ano e também no mês de abril foi registro positivo, tanto é que na cidade de Balneário Camboriú está faltando mão de obra para trabalhar neste setor, de tanta demanda que acontece durante todo este ano.

Na área da infraestrutura, esse é o maior grupo cervejeiro que confirma que investimento de R\$ 3 bilhões esse ano e esse setor de cervejas continua otimista também na sua avaliação de mercado.

Na área de infraestrutura, senhores deputados, a água para todos garante abastecimento de 5 milhões de pessoas no semiárido.

O jornal *Notícias do Dia*, aqui de Santa Catarina, confirmou que a presidenta Dilma Rousseff quando esteve aqui liberou R\$ 28 milhões do governo federal para atendimento às pessoas que moram no oeste de Santa Catarina, nas cidades de Xanxerê, Ponte Serrada e Faxinal dos Guedes.

O desemprego do Brasil está abaixo do índice dos países europeus.”

Então, srs. deputados, público catarinense, e a imprensa que nos acompanha. Notícias positivas que eleva, sim, o otimismo do brasileiro. Temos que acreditar em nosso país. O nosso país é maravilhoso, é importante estar aqui e temos, sim, que enaltecermos cada vez mais as boas ações, as coisas boas, que os brasileiros e as brasileiras, têm construído juntos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito para falar é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente deputado Mario Marcondes, srs. deputados.

Faço questão de trazer a esta tribuna uma matéria do jornalista Alex Paiva que mostra, deputado Manoel Mota, um pouco sobre a tão falada festa que aconteceu durante esta semana em Camboriú, dos Gideões Missionários. E na quinta-feira o governador Raimundo Colombo esteve participando da abertura oficial.

No domingo esta Casa esteve representada pelo presidente o deputado Gelson Merisio, junto com o deputado Leonel Pavan.

Na quinta-feira foi a vez de eu estar junto com o deputado Ismael dos Santos.

E essa festa é tão falada, não apenas por conta da multidão, não pelos quase 150 mil pessoas que passam pelos dias de festa em Camboriú, mas também pelo tamanho do projeto social que é a entidade Gideões Missionários da Última Hora, presidida pelo pastor Cesino Bernardino na cidade de Camboriú.

Então, quero passar em vídeo uma matéria que foi feita pelo jornalista Alex Paiva que fala sobre a abertura e o tamanho desse evento que acontece na cidade de Camboriú.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Eu acho que este vídeo, sr. presidente, também mostra, deputado Cesar Valduga, o tamanho que é e o que faz essa extraordinária missão dos Gideões Missionários da Última Hora.

Eu tenho grande satisfação, sr. presidente, porque a minha família foi a primeira a ser enviada para o exterior como missionária, isto aconteceu em 1973 e eu tinha apenas três anos de idade. E nós temos o grupo musical há 42 anos, e participamos desse evento desde a primeira edição. Então, são 33 anos acompanhando essa obra fantástica que faz os Gideões Missionários da Última Hora.

Por isso, quero parabenizar a prefeita Luzia Coppi Mathias, porque a prefeitura de Balneário Camboriú sempre recebe todas as pessoas desse evento, e como já disse são mais 150 mil pessoas que passam pela cidade. Também quero agradecer e parabenizar o trabalho fantástico feito pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, pela equipe da Saúde, pela coordenação do evento, porque quase triplica a população de Balneário Camboriú, deputado Mario Marcondes, nesses dias de festa, e quando se vê o relatório das incidências que tem que ter a ação do poder público através da Segurança Pública no evento, não se imagina, e quase não se acredita que em tantos dias de festa com tantas pessoas, tenham ocorrido tão poucas incidências, apenas pequenos furtos de carteiras, alguns punquistas que vem, e também alguns casos de roubo de carro.

Mas mesmo assim, pelo tamanho da festa a violência foi bem menor do que poderia ter sido em outra festividade.

Deputado Cesar Valduga, é impressionante as divisas que o estado recebe com essa gente. Imagine que muitas pessoas se hospedaram em Joinville, porque toda rede hoteleira na região de Camboriú estava lotada, pois teve aquele feriado com tempo bom e toda região da praia de Balneário Camboriú, Penha, Piçarras, Itapema, Porto Belo, Itajaí, estava lotada. Houve gente se hospedando em Barra Velha e até em Joinville, como falei, porque toda rede hoteleira estava ocupada.

Além disso, aconteceu enorme movimentação nos bares, restaurantes, comércio em geral. E os alvarás que a prefeitura concedeu para os comerciantes fizeram as vendas nas ruas chegar quase ao valor do que a prefeitura arrecada o ano inteiro de IPTU. Imaginem a força comercial que tem esse evento que acontece naquela região.

Quero agradecer ao governo do estado, que mais uma vez foi parceiro desta festa, porque, com certeza, além de estar desenvolvendo toda essa parte econômica, o governo também acredita que uma festa como essa que mexe com a espiritualidade,

com o social traz um bem enorme para a nossa gente.

Então, parabéns à prefeitura, ao governo do estado e a todos que estiveram reunidos, ao pastor Cesino Bernardino e a todos os membros da coordenação que fizeram desta festa uma das maiores realizadas até hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Parabéns, deputado Kennedy Nunes. Certamente é através da espiritualidade que vamos mudar a vida da nossa sociedade tão conturbada nos últimos anos.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.